



114

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0013352-26.2013.8.17.0000 (0322031-5)
COMARCA: PESQUEIRA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTES: SÍLVIO ROBERTO SOUZA DE FREITAS e
FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA
PACIENTES: RENATO OLEGÁRIO DE SANTANA NETO e
RENILSON GODÊ DE SANTANA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE
LIMA
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
CAVALCANTI

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PERÍCIA EM APARELHO CELULAR. AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE À DEFESA DE INDICAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO E FORMULAÇÃO DE QUESITOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. INOCORRÊNCIA. FALTA DE PREJUÍZO. ADITAMENTO À DENÚNCIA MOTIVADO POR OUTROS ELEMENTOS. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Ao contrário do que defendem os Impetrantes, apesar de a defesa não ter tido a oportunidade de indicar assistente técnico ou de formular quesitos em relação à perícia realizada no aparelho celular dos Pacientes, como prevê o art. 159, § 3º, do Código de Processo Penal, tal fato não lhe trouxe prejuízo, mesmo porque, conforme mostram os autos, o referido laudo não exerceu papel preponderante para a realização do ato que os Impetrantes pretendem anular nesta via, qual seja, o recebimento do aditamento à denúncia.

II – O indiciamento final feito pela autoridade policial e o aditamento à denúncia tiveram por



115

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

base, especialmente, os horários das ligações efetuadas e recebidas nas linhas dos Pacientes, e essas informações somente puderam ser obtidas com a quebra do sigilo de dados telefônicos junto às operadoras, e não no laudo pericial impugnado, o qual não registra os horários das ligações, mas apenas as datas. Além dos dados obtidos a partir da quebra do sigilo, observa-se que outro elemento a embasar o aditamento à denúncia foi o fato de que "as armas de fogo apreendidas na residência do Denunciado Renilson Godê são do mesmo calibre dos projéteis encontrados no corpo da vítima", assim como o número de raiamentos da arma, fatos que são totalmente estranhos à perícia atacada pelos Impetrantes. Por fim, segundo as informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, a mudança essencial provocada pelo aditamento à denúncia foi a inclusão de novos réus, pois os indícios que motivaram o oferecimento da peça acusatória inicial permaneceram presentes em desfavor dos Pacientes.

III – Diante disso, conclui-se que a irregularidade apontada pelos Impetrantes não trouxe prejuízo algum para a defesa dos Pacientes, e, como se sabe, sem prejuízo não deve ser reconhecida nulidade, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal.

IV – Ordem denegada à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do ***Habeas Corpus* nº 0013352-26.2013.8.17.0000 (0322031-5)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do




116

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 2 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



117

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0013352-26.2013.8.17.0000 (0322031-5)
COMARCA: PESQUEIRA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTES: SÍLVIO ROBERTO SOUZA DE FREITAS e
FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA
PACIENTES: RENATO OLEGÁRIO DE SANTANA NETO e
RENILSON GODÊ DE SANTANA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE
LIMA
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
CAVALCANTI

RELATÓRIO

Sílvio Roberto Souza de Freitas e Francisco Rodrigues da Silva, advogados, impetram o presente *habeas corpus* em favor de **Renato Olegário de Santana Neto e Renilson Godê de Santana**, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Pesqueira, no âmbito do Proc. nº 0002187-47.2013.8.17.1110.

Consta dos autos que os Pacientes foram denunciados, nos autos da ação penal supramencionada, como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I, II e IV, do Código Penal (qualificadoras da promessa de recompensa, motivo fútil e impossibilidade de defesa da vítima).

Narram os Impetrantes que, no curso das investigações, foi decretada busca e apreensão dos aparelhos de telefonia móvel dos Pacientes, ao mesmo tempo em que a autoridade dita coatora determinou às empresas de telefonia que fornecessem ao delegado os extratos com as



118

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

ligações efetuadas e recebidas no período de 09/03/2013 a 11/03/2013 e 02/04/2013 a 04/04/2013.

Posteriormente, segundo a inicial, os aparelhos de telefonia móvel foram periciados, com a descrição de ligações feitas e recebidas, mas sem transcrição de quaisquer diálogos, até porque não foi decretada a quebra do sigilo telefônico, mas apenas dos dados (histórico de ligações).

Afirmam os Impetrantes que, com base nesse laudo pericial, a representante do Ministério Público ofereceu aditamento à denúncia em desfavor dos Pacientes, o qual foi recebido pelo magistrado de primeiro grau.

Insurgem-se os Impetrantes, então, alegando que a perícia nos aparelhos de telefonia móvel dos Pacientes ocorreu sem lhes ter sido dada a oportunidade de indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos prévios, como determina o art. 159, § 3º, do Código de Processo Penal¹. Sustentam que a consequência natural desse descumprimento de lei é a nulidade dos atos praticados em seguida.

Com esses argumentos, requerem a concessão da ordem para que seja anulado o recebimento do aditamento à denúncia.

A exordial veio instruída com os documentos de **fls. 06/56**.

Não houve pedido de liminar.

¹ Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

§ 3º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.



119


**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 70/72**, acompanhadas dos documentos de **fls. 73/104-v**.

A Procuradoria de Justiça, pelo **Procurador Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti**, opinou, às **fls. 108/110**, pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 2 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



120

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0013352-26.2013.8.17.0000 (0322031-5)
COMARCA: PESQUEIRA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTES: SÍLVIO ROBERTO SOUZA DE FREITAS e
FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA
PACIENTES: RENATO OLEGÁRIO DE SANTANA NETO e
RENILSON GODÊ DE SANTANA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE
LIMA
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
CAVALCANTI

VOTO

Extraí-se dos autos que os Pacientes foram denunciados em 05/07/2013, juntamente com Mauro Alexandre Alves de Lira, como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I, II e IV, acusados do homicídio que teve por vítima Mikael Albuquerque dos Santos, praticado em 03/04/2013, por volta das 23h, na via pública da Travessa Coletor José Guilherme de Andrade, Centro de Pesqueira, mediante três disparos de arma de fogo que lhe atingiram a cabeça (fls. 74/75-v). Pesa contra os Pacientes a imputação de serem mandantes do referido homicídio, enquanto o terceiro acusado teria sido o executor do crime.

No curso das investigações, foi decretada a prisão temporária dos Pacientes, bem como autorizada a busca e apreensão em sua residência, onde foram localizados dois revólveres calibre 38. Essa prisão posteriormente foi transmutada em preventiva, mas revogada por este Tribunal de Justiça.



121

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Às fls. 12/17, consta um laudo pericial, datado de 18/06/2013, em telefone celular que os Impetrantes alegam ser dos Pacientes, no qual foi feita a transcrição da agenda telefônica e o histórico das últimas dez ligações efetuadas, com as respectivas datas – sem precisar o horário.

Infere-se dos autos, outrossim, que, “para robustecer o conjunto probatório, a autoridade policial (...) representou pela quebra de dados dos terminais telefônicos” dos Pacientes (fl. 496). Tal medida foi autorizada pela autoridade indigitada coatora, conforme se observa nos ofícios de fls. 19/20, determinando às operadoras Claro-Nordeste e TIM-Nordeste que informassem à autoridade policial os extratos telefônicos das linhas dos Pacientes no período de 09/03/2013 a 11/03/2013 e de 02/04/2013 a 04/04/2013, com o registro dos horários das ligações efetuadas e recebidas.

Em seguida, no dia 17/07/2013, o Delegado de Polícia elaborou relatório (fls. 88/93), salientando que, com base nas informações obtidas, as ligações entre os envolvidos nas investigações se iniciaram antes do crime e se encerraram momentos depois. Concluiu a autoridade policial que “o crime arquitetado por Renilson Godê de Santana e Renato Olegário de Santana Neto, foi planejado de tal forma que a pessoa de Márcio Alexandre Santos do Amaral (capanga de Renilson) por conhecer a vítima indicaria o local certo, onde a mesma estaria, enquanto José Mauro Dantas de Almeida, vulgo ‘Nego Mauro’ e Mauro Alexandre Alves Lira, vulgo ‘Mauro Mau’ executaram Micael Albuquerque dos Santos (...)” (fl. 90).



122

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Amparada nesses elementos, entendeu por bem a Representante do Ministério Público em oferecer aditamento à denúncia no dia 04/11/2013, incluindo entre os réus as pessoas de José Mauro Dantas de Almeida e Márcio Alexandre Santos do Amaral (fls. 101-v/102-v). Tal peça foi recebida pelo juiz singular em 06/11/2013 (fl. 32).

Pois bem.

Diante desse quadro, percebe-se que, ao contrário do que defendem os Impetrantes, apesar de a defesa não ter tido a oportunidade de indicar assistente técnico ou de formular quesitos em relação à perícia realizada no aparelho celular dos Pacientes, como prevê o art. 159, § 3º, do Código de Processo Penal, tal fato não lhe trouxe prejuízo, mesmo porque, conforme mostram os autos, o referido laudo não exerceu papel preponderante para a realização do ato que os Impetrantes pretendem anular nesta via, qual seja, o recebimento do aditamento à denúncia.

Como visto, o indiciamento final feito pela autoridade policial e o aditamento à denúncia tiveram por base, especialmente, os horários das ligações efetuadas e recebidas nas linhas dos Pacientes, e essas informações somente puderam ser obtidas com a quebra do sigilo de dados telefônicos junto às operadoras, e não no laudo pericial impugnado, o qual não registra os horários das ligações, mas apenas as datas.

Por sua vez, os documentos obtidos das operadoras de telefonia móvel (Proc. nº 001852-28.2013.8.17.1110) não foram acostados aos autos pelos Impetrantes.



123

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Vale ressaltar, por oportuno, que a quebra do sigilo de dados telefônicos não configura perícia e, portanto, não se sujeita à indicação de assistente técnico, tratando-se de medida excepcional, autorizada judicialmente, diante da presença de indícios suficientes de autoria e quando demonstrada sua real necessidade.

Visto isso, além dos dados obtidos a partir da quebra do sigilo, observa-se que outro elemento a embasar o aditamento à denúncia foi o fato de que "as armas de fogo apreendidas na residência do Denunciado Renilson Godê são do mesmo calibre dos projéteis encontrados no corpo da vítima", assim como o número de raiamentos da arma (fl. 102), fatos que são totalmente estranhos à perícia atacada pelos Impetrantes.

Por fim, segundo as informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, a mudança essencial provocada pelo aditamento à denúncia foi a inclusão de novos réus, pois os indícios que motivaram o oferecimento da peça acusatória inicial permaneceram presentes em desfavor dos Pacientes.

Diante disso, conclui-se que a irregularidade apontada pelos Impetrantes não trouxe prejuízo algum para a defesa dos Pacientes, e, como se sabe, sem prejuízo não deve ser reconhecida nulidade², nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal.

Em sentido semelhante, observe-se o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

² Art. 563. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.



124

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO. CONTINUIDADE DELITIVA. (...) 6. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. MENOR EXPOSIÇÃO DOS INFANTES. FORMULAÇÃO DE QUESITOS PELA DEFESA. INDICAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO. POSSIBILIDADE. 7. PARTICIPAÇÃO DEFENSIVA. INEXISTÊNCIA. DETERMINAÇÃO DE REFEITURA DO ATO. DESPICIENDA. ÉDITO CONDENATÓRIO. AMPARO EM OUTRAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. (...) 9. PREJUÍZO. NÃO DEMONSTRADO. PRINCÍPIO DO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. 10. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. (...)

5. A não determinação da realização de perícia tal como requestado pela defesa não acarreta a nulidade, eis que não é o magistrado obrigado, se não provocado por fundamentos necessários, a realizar todo e qualquer tipo de prova para a averiguação da materialidade do delito e da autoria delitiva, em especial se os demais elementos carreados aos autos conduzem para a condenação do inculpado.

6. Em prol do interesse dos menores e do objetivo de colher dados sob o menor dano possível às crianças, sujeitando-as em um só momento a obtenção de declarações, não as expondo ou as submetendo a maior padecimento, possível era o magistrado permitir que a acusação e a defesa formulassem quesitos, de modo a participar da produção da avaliação psicológica das vítimas.

7. Contudo, inexistente a participação defensiva, apura-se que é despicienda a refeitura da avaliação para a defesa indicar perguntas ou mesmo assistente técnico, posto o amparo do julgador singular, ao prolatar o édito condenatório, em outras provas constantes dos autos, em especial os depoimentos das vítimas e testemunhas, bem



125

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

como os laudos de exame de corpo de delito, servindo o dado documento, ao fim e ao cabo, apenas para corroborar o já comprovado.


8. A alusão defensiva de inversão da ordem na apresentação das alegações finais não encontra fôlego, eis que, posteriormente a juntada das peças ministerial e defensiva, tendo o assistente de acusação pugnado pela condenação do réu em subsequente manifestação processual, sobressai que se limitou a enaltecer o já ventilado na denúncia e nas alegações do Parquet, não acrescentando nenhum documento ou mesmo argumento, ou seja, não inovou o arcabouço processual e não contribuiu para a formação do convencimento do julgador.

9. Não foi demonstrado o eventual prejuízo concreto sofrido pela defesa, sendo inviável, pois, o reconhecimento de qualquer nulidade processual, em atenção ao princípio do *pas de nullité sans grief*.

10. *Habeas corpus* não conhecido."³

Diante de tudo quanto foi exposto, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 2 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto

³ STJ, HC 212366/SC, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 24/04/2014.